

# *Corrigido, texto vai à sanção*

Econ - Brasil

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

O presidente do Congresso, senador José Fragelli, encaminhou ontem à tarde ao Palácio do Planalto o texto final do pacote fiscal do governo aprovado na Câmara e no Senado, dele retirando os três artigos suprimidos na Câmara — artigos 94, 95 e 96 —, o que resolve a polêmica criada com a denúncia de *O Estado* sobre as falhas no texto do substitutivo. Pela Constituição, o presidente Sarney tem 15 dias para sancionar a matéria.

"Nunca vi questão tão inútil quanto aquela levantada pelo senador Itamar Franco", disse ontem o senador José Fragelli, ao reafirmar que o regimento interno do Senado é "claríssimo" quanto à possibilidade de correções nos autógrafos a serem encaminhados à Presidência da República. Ele afastou qualquer possibilidade do pacote sofrer vetos do presidente Sarney em decorrência daquele erro, salientando que "não se pode vetar o que não existe".

Fragelli atribuiu aquelas falhas a um descuido dos datilógrafos da Câmara. "Foi um simples erro de datilografia, em virtude daqueles funcionários estarem cansados e insones, o que fez com que aqueles dispositivos não tivessem sido excluídos no texto encaminhado ao Senado", explicou.

José Fragelli admitiu que o Congresso teve pouco tempo para votar o pacote fiscal, salientando que matérias dessa importância devem ter o prazo mínimo de 20 dias para serem apreciadas nas duas casas. "As críticas foram procedentes e não temos condições de refutá-las. O Senado, especialmente, não teve condições de oferecer os reparos que poderiam ter sido oferecidos, se não houvesse a premência de tempo."

Ele elogiou a atuação dos senadores Itamar Franco (PMDB-MG) e Roberto Campos (PDS-MT), dizendo que o primeiro, "apesar do trabalho que nos deu obstruindo a votação, é um parlamentar bravo e brilhante". O senador Roberto Campos, segundo José Fragelli, "não se pode negar

que é um dos firmes e consequentes dessa Casa".

O presidente do Congresso lamentou, ainda, que todos os pedidos de empréstimos dos Estados e dos municípios não tenham sido aprovados — "foi o episódio triste daquela noite" —, o que deverá prejudicar os municípios mais necessitados. Só foram aprovados empréstimos para as prefeituras do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Ele informou que permanecerá em Brasília no decorrer da próxima semana, para assinar e encaminhar à sanção presidencial os textos finais de todas as matérias aprovadas na última sessão legislativa. "A missão foi cumprida", disse ele, satisfeito.

No texto final do pacote publicado pelo *Estado* nas páginas 31 e 32 na edição de ontem, devem ser suprimidos os artigos 94, 95 e 96, retirados dos autógrafos encaminhados à sanção presidencial. Existe, ainda, uma dúvida quanto ao artigo 97, que não foi retirado do pacote, embora os jornalistas tenham assistido à sua rejeição pela Câmara.